

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS ("Companhia") é uma companhia aberta, controlada pela Wembley S.A., sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob os códigos "CTNM3" e "CTNM4".

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. ("SGPSA"), que é controladora da Coteminas S.A. ("CSA") e da Springs Global US, Inc. ("SGUS"), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries, Inc. ("SI") respectivamente.

Em abril de 2009, a controlada SGPSA iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras, são operadas pela controlada indireta AMMO Varejo Ltda. ("AMMO").

Conforme divulgado na nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras, em 15 de março de 2019, foi concluída operação de venda dos ativos operacionais da controlada indireta norte americana SGUS. A partir daquela data, a controlada indireta SGUS passou a deter participação na Keeco, LLC, que combinou as operações das duas companhias. No 4º trimestre de 2020, a controlada SGUS disponibilizou para venda essa participação com expectativa de conclusão em 2021.

A Companhia é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense ("CTS"), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de março de 2021.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado"), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que

possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes a fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligadas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligadas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usinas	15 a 35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com esses ativos reconhecidas em outros exercícios, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(g) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes acumulados de conversão".

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as

normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(z) Acionistas controladores e não controladores--Nas demonstrações financeiras, “acionistas controladores” representam todos os acionistas da Companhia e “não controladores” representam a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 5, nº 7 e nº 8), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.m e nº 11), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.p, nº 6, nº 11, nº 12 e nº 13), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.l e nº 10), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.t e nº 22), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.q e nº 21), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 24) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros (nota explicativa nº 24.d.5), retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais (notas explicativas nº 2.2.u e nº 23). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

De acordo com os Ofícios Circulares emitidos pela CVM e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, revisamos nossas estimativas contábeis relacionadas acima e mencionamos as nossas avaliações nas respectivas notas, quando aplicável, como também, relacionamos os reflexos identificados no exercício de 2020 em razão dessa nova realidade econômica na nota explicativa nº 31.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	2020	2019
Coteminas International Ltd.	100,00	100,00
Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A.	52,92	52,92
Oxford Comércio e Participações S.A.	63,37	63,37
O4D Comércio e Participações S.A.	63,37	-
Companhia Tecidos Santanense	56,51	56,51

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da CTS com 85,9% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de dezembro de 2020 e 2019, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	2020	2019	Variação
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	5,1967	4,0307	28,9%
Taxa média:			
31 de dezembro (12 meses)	5,2426	3,9443	32,9%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020.

EMENDA CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendatários, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Vide nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Operações compromissadas (*)	288	1.423	125.098	128.418
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	8.529	6.473
Depósitos no exterior	-	-	41.626	25.677
Depósitos em contas correntes	787	207	10.214	4.885
	-----	-----	-----	-----
	1.075	1.630	185.467	165.453
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneraram os Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2020	2019
Renda fixa no exterior	-	16.225
Fundo de investimento - (US\$)	27.644	42.863
Depósitos vinculados (US\$) (1)	-	71.010
Depósito restrito (2)	6.437	1.932
	-----	-----
	34.081	132.030
Circulante	(28.164)	(59.491)
	-----	-----
Não circulante	5.917	72.539
	=====	=====

(1) Refere-se a depósito mantido no exterior, vinculado ao empréstimo tomado junto ao Santander S.A. O valor foi resgatado em 2020 com a liquidação do referido empréstimo.

(2) Em 31 de dezembro de 2020, a controladora e a controlada SGPSA possuíam respectivamente, R\$2.353 e R\$1.671 de depósitos restritos em instituições financeiras, e a controlada SGUS possuía R\$519, equivalente a US\$100 mil (US\$100 mil em 31 de dezembro de 2019) na condição de "Compensating balance arrangement".

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2020	2019
Clientes no mercado interno	595.156	559.547
Clientes no mercado externo	53.866	80.060
Operadoras de cartão de crédito	12.847	7.485
Partes relacionadas		
Mercado interno	4.182	1.871
Mercado externo	2.918	-
	-----	-----
	668.969	648.963
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(46.942)	(44.371)
	-----	-----
	622.027	604.592
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 97 dias (98 dias em 31 de dezembro de 2019). Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2020	2019
A vencer	574.638	550.426
Vencidas até 30 dias	12.182	17.163
Vencidas de 31 a 60 dias	3.665	4.949
Vencidas de 61 a 90 dias	1.535	2.874
Vencidas de 91 a 180 dias	4.258	3.354
Vencidas acima de 180 dias	72.691	70.197
	-----	-----
	668.969	648.963
	=====	=====

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	(44.371)	(42.216)
Adições	(1.476)	(2.302)
Variação cambial	(1.095)	147
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(46.942)	(44.371)
	=====	=====

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Consolidado	
	2020	2019
Matérias-primas e secundários	119.698	104.767
Produtos em elaboração	157.360	114.425
Produtos acabados	169.436	219.190
Peças de reposição	57.515	63.568
	-----	-----
	504.009	501.950
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas. As controladas operacionais avaliam a realização dos estoques anualmente ou sempre que houver indicativos de prováveis perdas.

Os grupos de estoques de matéria prima, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos.

Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade (inclusive as perdas em função do COVID-19) são reconhecidos diretamente no resultado do exercício e não são considerados no custo de produção.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	Matérias- primas e secundários	Produtos em elaboração	Produtos acabados	Peças de reposição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.446)	(186)	(5)	(1.892)	(4.529)
(Adições) baixas	50	29	-	27	106
Variação cambial	729	55	2	-	786
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.667)	(102)	(3)	(1.865)	(3.637)
(Adições) baixas	(795)	107	(22)	703	(7)
Variação cambial	211	(5)	2	-	208
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.251)	-	(23)	(1.162)	(3.436)

b. Adiantamentos a fornecedores

Referem-se substancialmente a pagamentos efetuados pela controladora indireta à fornecedores de algodão, repassados para as controladas operacionais a preço de mercado, entre outros adiantamentos, e serão entregues como segue:

Ano	Controladora e consolidado	
	2020	2019
- Fornecedores de algodão		
2020	-	56.157
2021	39.434	24.086
2022	25.698	24.086
2023	24.086	24.086
	89.218	128.415
- Outros	24.269	24.310
	113.487	152.725
Circulante	(39.434)	(56.157)
	74.053	96.568
Não circulante		

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	2020	2019
Clientes com pedido de recuperação judicial (a)	11.389	11.317
Clientes em recuperação judicial (b)	1.469	3.599
Parcelamento de créditos com clientes (c)	4.301	4.921
Financiamento no repasse de lojas (d)	3.208	2.731
Venda de imóveis (e)	16.165	13.141
Outros	914	857
	-----	-----
	37.446	36.566
Circulante (*)	(12.275)	(12.598)
	-----	-----
Não circulante	25.171	23.968
	=====	=====

(*) Incluída na rubrica "Outros créditos a receber" no ativo circulante.

(a) A Lojas Leader S.A. ingressou com o pedido de Recuperação Judicial (RJ) no dia 3 de março de 2020, o qual teve o processamento deferido em 6 de março de 2020. A Leader reconheceu a totalidade dos créditos com a controlada indireta CSA. A administração da controlada indireta CSA aguarda a homologação da RJ e acredita na recuperação da totalidade dos créditos. Até 31 de dezembro de 2019, acordo de recuperação extrajudicial com pagamento em 48 parcelas mensais iguais com incidência de taxa equivalente a 80% do índice dos certificados de depósitos interbancários - CDI, e estava sendo cumprido regularmente.

(b) Pagamentos semestrais crescentes com correção de 2% a 3% a.a., com vencimento final em dezembro/2027. Em 31 de dezembro de 2020, foi efetuada provisão para perda no valor de R\$2.127.

(c) Pagamento em até 47 parcelas mensais com juros de 1,56% a 1,97% ao mês.

(d) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(e) Pagamento em até 50 parcelas mensais com juros de 0,5% a 0,7% ao mês e atualização pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2020, até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

8. VALORES A RECEBER - VENDA DE INVESTIMENTO

Em 2019, a Companhia e sua controlada Oxford Comércio e Participações S.A. venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A.

Os saldos dos valores a receber são conforme segue:

	Controladora e consolidado	
	2020	2019
Valores brutos a receber	129.918	129.858
Ajuste a valor presente (*)	(25.286)	(42.227)
	-----	-----
Total	104.632	87.631
Circulante	(33.783)	(19.340)
	-----	-----
Não circulante	70.849	68.291
	=====	=====

(*) Inclui comissões e despesas da operação de antecipação dos recebíveis.

Recebimento em 3 parcelas anuais com vencimento e remuneração coincidentes com o empréstimo mantido com a SP Investidor IV, LLC, demonstrado na nota explicativa nº14.

Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses recebíveis.

	Controladora e consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	87.631
Juros provisionados	20.237
Valores recebidos	(30.798)
Variação cambial	27.561

Saldos em 31 de dezembro de 2020	104.632
	=====

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

a. Participação dos acionistas controladores:

	Patrimônio	Partici- pação	Resultado do	Total dos		Resultado de equivalência	
	líquido	- %	exercício	investimentos		patrimonial	
				2020	2019	2020	2019
Investimentos em controladas:							
Springs Global Participações S.A. (1)	1.105.748	52,92	(320.940)	585.111	733.740	(134.376)	(74.873)
Oxford Comércio e Participações S.A.	244.693	63,37	(287)	155.062	177.730	(182)	(15.783)
O4D Comércio e Participações S.A. (2)	34.461	63,37	-	21.838	-	-	-
Tropical Agroparticipações S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	(277)
Coteminas International Ltd.	2.785	100,00	(5.915)	2.785	5.798	(6.114)	(3.653)
Companhia Tecidos Santanense	283.293	2,07	(3.755)	5.864	5.967	(78)	220
Coteminas (Sucursal Argentina)	(33)	100,00	(4)	(33)	(32)	(4)	(6)
				-----	-----	-----	-----
Total de controladas				770.627	923.203	(140.754)	(94.372)
				=====	=====	-----	-----
Investimentos em coligadas (direto):							
Cantagalo General Grains S.A. (4)	89.808	27,50	602.155	24.697	-	4.719	-
Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	131.148	30,40	(41.486)	39.869	52.481	(12.612)	(5.336)
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas (direto)				64.566	52.481	(7.893)	(5.336)
Total Controladora						(148.647)	(99.708)
						=====	=====
Investimentos em coligadas (indireto):							
Cantagalo General Grains S.A. (4)	89.808	1,68	602.155	1.512	-	288	-
Keeco Holdings, LLC (5)	29.667	14,27	(127.878)	-	137.946	-	-
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas – Consolidado				66.078	190.427	(7.605)	(5.336)
				-----	-----	-----	-----

(1) O resultado do exercício não inclui a parcela descontinuada do resultado de equivalência de R\$35.450 (R\$99.068 em 2019). Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras.

(2) Em 28 de agosto de 2020, foi realizada a cisão de ativos da Oxford Comércio e Participações S.A., constituindo a O4D Comércio e Participações S.A. ("O4D"). A O4D tem por objetivo o comércio, a importação e a exportação de fios e tecidos e a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou associada.

(3) Em 2018, a Companhia e sua controlada Oxford venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A. Em maio de 2019, a Companhia e o comprador, em comum acordo, resolveram desfazer a operação sem ônus para ambas as partes. A Companhia recompôs seu investimento a partir do patrimônio líquido da controlada apurado em 31 de maio de 2019 e reverteu o resultado apurado anteriormente com a venda, no valor de R\$31.416 na controladora e R\$46.387 no consolidado. Em setembro de 2019, a Companhia vendeu novamente a controlada Tropical Agroparticipações S.A. apurando perda no valor de R\$21.324 na controladora e R\$45.524 no consolidado. Essa perda é substancialmente o ajuste a valor presente utilizando-se as taxas de empréstimo realizado com a SP Investidor IV, LLC (vide notas explicativas nº 8 e 14 às demonstrações financeiras).

(4) Em 2019, a coligada Cantagalo General Grains S.A. possuía patrimônio líquido devedor de R\$288.328, portanto a Companhia apresentava o investimento reduzido a zero.

(5) Em 15 de março de 2019, a controlada indireta SGUS passou a deter 17,5% da Keeco Holdings, LLC,

que combinou suas operações com as operações vendidas da SGUS. No primeiro trimestre de 2020, a Keeco concluiu a alocação do preço de compra (“*Purchase Price Allocation*”) apurando assim o valor de seu patrimônio líquido e permitindo que a controlada indireta SGUS apurasse o ágio pago pelo investimento. Vide nota explicativa nº 13.2 às demonstrações financeiras. Em maio de 2020, foi realizado um novo aporte de capital na coligada Keeco, com ingresso de um novo acionista. Desta forma, a partir daquela data, a controlada indireta SGUS passou a deter 14,27% daquela coligada.

No 4º trimestre de 2020, a controlada indireta SGUS disponibilizou esse investimento para a venda com expectativa de conclusão em 2021, e, portanto, reclassificou o investimento para a rubrica “Ativos mantidos para venda”. Os resultados reflexos de equivalência patrimonial deste investimento nos exercícios de 2020 e 2019 foram reclassificados para a rubrica “Resultado proveniente das operações descontinuadas de controlada indireta”. Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras.

b. Participação dos acionistas não controladores nas controladas:

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Participação dos acionistas não controladores			
				Nos patrimônios das controladas		Nos resultados das controladas	
				2020	2019	2020	2019
Springs Global Participações S.A.	1.105.748	47,08	(320.940)	520.637	652.886	(119.576)	(64.485)
Oxford Comércio e Participações S.A.	244.693	36,63	(287)	89.631	102.735	(105)	(9.124)
O4D Comércio e Participações S.A.	34.461	36,63	-	12.623	-	-	-
Companhia Tecidos Santanense	283.293	12,02	(3.755)	34.052	34.647	(451)	1.275
				-----	-----	-----	-----
				656.943	790.268	(120.132)	(72.334)
Total de operações descontinuadas (*)				-	-	(31.538)	86.014
				-----	-----	-----	-----
Total dos acionistas não controladores				656.943	790.268	(151.670)	13.680
				=====	=====	=====	=====

(*) Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras.

c. Informações complementares sobre os investimentos em coligadas:

	Keeco, LLC (1)		Cantagalo General Grains S.A. (2)		Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (3)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativos circulantes	1.501.859	1.061.992	99.841	97.465	289.119	315.249
Ativos não circulantes	1.041.901	1.464.611	315.917	611.515	393.283	417.222
Total dos ativos	2.543.760	2.526.603	415.758	708.980	682.402	732.471
Passivos circulantes	1.482.808	1.064.559	310.167	1.051.878	301.424	325.668
Passivos não circulantes	1.031.285	763.856	15.783	127.348	232.123	212.028
Total dos passivos	2.514.093	1.828.415	325.950	1.179.226	533.547	537.696
Patrimônio líquido – Controladora	29.667	698.188	89.808	(288.328)	131.148	172.634
Receita líquida	3.981.023	2.695.121	5.640	94.047	618.625	677.334
Lucro (prejuízo) do exercício – Controladora	(127.878)	(40.910)	602.155	(18.963)	(41.486)	(17.553)

(1) Keeco, LLC -- A Keeco Holdings, LLC é uma empresa com portfólio de produtos e marcas líderes nos mercados de cortinas, utility bedding, e decorative bedding, além de carteira diversificada de clientes, incluindo as principais empresas do varejo tradicional e digital do mercado norte-americano.

(2) Cantagalo General Grains S.A. -- A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes em geral, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas entre outras atividades congêneres. Possui investimentos em controladas e controladas em conjunto, na Tropical Empreendimentos e Participações Ltda., Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda. e CGG Trading S.A.

(3) Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira -- Possui sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade e o período de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa desta coligada, a Companhia concluiu que não há indícios de deterioração ou de não recuperação do seu investimento.

d. Movimentação dos investimentos de controladas e coligadas:

Controladas	Springs Global Participa- ções S.A.	Oxford Comércio e participa- ções S.A.	Tropical Agropar- ticipações S.A.	O4D Comércio e Participa- ções S.A.	Coteminas Internatio- nal Ltd.	Companhia Tecidos Santanense	Coteminas (Sucursal Argentina)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	701.152	200.331	-	-	9.188	5.747	(42)	916.376
Equivalência patrimonial	24.196	(15.783)	(278)	-	(3.653)	220	(6)	4.696
Variação cambial sobre investimentos no exterior	6.410	12	-	-	263	-	16	6.701
Ajustes de avaliação patrimonial	1.982	-	-	-	-	-	-	1.982
Efeito líquido venda Tropical	-	-	278	-	-	-	-	278
Dividendos	-	(6.830)	-	-	-	-	-	(6.830)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2019	733.740	177.730	-	-	5.798	5.967	(32)	923.203
Equivalência patrimonial	(169.826)	(182)	-	-	(4.890)	(78)	(4)	(174.980)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	23.300	3	-	-	1.877	-	3	25.183
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.103)	-	-	-	-	-	-	(2.103)
Cisão Oxford	-	(21.838)	-	21.838	-	-	-	-
Dividendos	-	(651)	-	-	-	(25)	-	(676)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2020	585.111	155.062	-	21.838	2.785	5.864	(33)	770.627
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Coligadas	Direta		Indireta	
	Cantagalo General Grains S.A.	Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	Cantagalo General Grains S.A.	Keeco Holdings, LLC
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	57.817	-	-
Equivalência patrimonial	-	(5.336)	-	(7.159)
Aquisição Keeco	-	-	-	140.281
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	4.824
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	52.481	-	137.946
Equivalência patrimonial	4.719	(12.612)	288	(11.298)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	19.978	-	1.224	10.488
Alocação do ágio	-	-	-	(101.985)
Ativos mantidos para venda	-	-	-	(35.151)
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.697	39.869	1.512	-
	=====	=====	=====	=====

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda				Imóveis para valorização - Montes Claros		Total
	Complexo comercial SGA (1)	Complexo residencial SGA (2)	Terrenos para loteamento (3)	Imóvel Vinhedo (4) (a)	Imóveis controlada indireta (5)	Imóveis controladora (6) (a)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	301.550	44.974	36.066	-	60.240	86.110	528.940
Adições	855	-	-	-	-	-	855
Baixa (custo)	-	-	-	-	(11.842)	-	(11.842)
Baixa (variação do valor justo)	-	-	-	-	3.942	-	3.942
Variação do valor justo (c)	3.831	60	46	1.841	1.436	3.116	10.330
Propriedades de uso por controlada indireta (d)	-	-	-	(1.841)	-	-	(1.841)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2020	306.236	45.034	36.112	-	53.776	89.226	530.384
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Imóveis para renda				Imóveis para valorização - Montes Claros		Fazenda Tropical (7)	Total
	Complexo comercial SGA (1)	Complexo residencial SGA (2)	Terrenos para loteamento (3)	Imóvel Vinhedo (4) (a)	Imóveis controlada indireta (5)	Imóveis controladora (6) (a)		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	248.251	44.296	37.536	-	55.276	76.995	-	462.354
Adições	5.679	-	-	-	-	-	157.284	162.963
Avaliação inicial a valor justo (b)	11.493	-	-	-	-	-	-	11.493
Variação do valor justo (c)	(5.413)	678	11	22.713	8.538	9.115	(386)	35.256
Transferência do disponível para venda	276	-	-	-	-	-	-	276
Transferência do imobilizado	41.264	-	-	-	-	-	-	41.264
Baixas, líquidas	-	-	(1.481)	-	(3.574)	-	(156.898)	(161.953)
Propriedades de uso por controlada indireta (d)	-	-	-	(22.713)	-	-	-	(22.713)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	301.550	44.974	36.066	-	60.240	86.110	-	528.940
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(a) Saldos mantidos pela controladora no valor total de R\$138.917 (R\$133.960 em 31 de dezembro de 2019), considerando o Imóvel Vinhedo no valor de R\$49.691 (R\$47.850 em 31 de dezembro de 2019) apresentado na rubrica imobilizado nas demonstrações consolidadas. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

(b) Valores lançados como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, deduzido de impostos.

(c) Valores lançados no resultado do respectivo exercício.

(d) Valores reclassificados para o balanço consolidado. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em "Outros resultados abrangentes", na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do exercício quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

1) Complexo comercial SGA: Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m², da controlada indireta CSA, denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m² já foram desenvolvidos e arrendados. Em 2020, os valores de receita por arrendamento foram de R\$8.908 (R\$7.676 em 2019).

Com a destinação deste imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico diverso das operações têxteis da Companhia, foi transferido seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos, nos respectivos anos de desocupação.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2020	2019
Custo residual do imóvel	110.562	109.707
Mais valia apurada (a)	195.674	191.843
	-----	-----
Valor justo (b)	306.236	301.550
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$66.529 (R\$65.227 em 31 de dezembro de 2019). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

2) Complexo residencial SGA: Em 2018, a controlada indireta CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

	2020	2019
Custo residual do imóvel	93	93
Mais valia apurada (a)	44.941	44.881
	-----	-----
Valor justo (b)	45.034	44.974
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$15.280 (R\$15.259 em 31 de dezembro 2019). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

3) Terrenos para loteamento: Em 2018, a controlada indireta Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a instalação de loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna, em Minas Gerais. A controlada prevê ceder seus terrenos para a instalação de loteamentos, em contrapartida à aproximadamente 36,5% de participação no valor total de vendas do referido loteamento, líquidos de impostos e comissões de venda.

Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica “Propriedades para investimento”, avaliados ao valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2020	2019
Custo residual do imóvel	1.272	1.272
Mais valia apurada (a)	34.840	34.794
	-----	-----
Valor justo (b)	36.112	36.066
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$2.341 (R\$2.341 em 31 de dezembro 2019). Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

4) Imóvel Vinhedo: Em 2018, a Companhia adquiriu um imóvel na cidade de Vinhedo - SP, com 51 mil metros quadrados, onde estão localizados o centro de distribuição e o setor administrativo de sua controlada indireta AMMO Varejo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2020	2019
Custo residual do imóvel	25.137	25.137
Mais valia apurada (a)	24.554	22.713
	-----	-----
Valor justo (b)	49.691	47.850
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$8.349 (R\$7.723 em 31 de dezembro 2019). Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

5) Imóveis Montes Claros (controlada indireta): Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada indireta CSA e são assim compostos:

	2020	2019
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.402 m²)	30.304	30.270
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m²)	4.240	3.750
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (11.700 m²)	4.752	4.200
Terreno no Ibituruna (11.842 m²)	-	7.900
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m²)	14.480	14.120
	-----	-----
Total	53.776	60.240
	=====	=====
Custo residual dos imóveis	39.860	51.702
Mais valia apurada (a)	13.916	8.538
	-----	-----
Valor justo (b)	53.776	60.240
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$4.731 (R\$2.903 em 31 de dezembro 2019). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

6) Imóveis Montes Claros (controladora): A Companhia adquiriu em 2016, terreno na cidade de Montes Claros - MG, com 214 mil metros quadrados de sua coligada indireta Encorpar Empreendimentos Imobiliários. Esse terreno completa uma área contígua já de propriedade da Companhia, num total de 549 mil metros quadrados. Com o direcionamento destes imóveis para renda, os terrenos foram registrados na rubrica “Propriedades para investimento” naquela data, a valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2020	2019
Custo residual do imóvel	50.310	50.310
Mais valia apurada	38.916	35.800
	-----	-----
Valor justo	89.226	86.110
	=====	=====

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os respectivos exercícios. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis. O efeito dos impostos no valor de R\$10.268 (R\$9.209 em 31 de dezembro de 2019) estão registrados na rubrica de impostos diferidos. Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações financeiras.

7) Fazenda Tropical: Em 2018 a Companhia vendeu sua controlada Tropical Agroparticipações S.A., proprietária da Fazenda Tropical. Em 2019, a Companhia e o comprador, em comum acordo, resolveram desfazer a operação sem ônus para ambas as partes. (vide notas explicativas nº 8 e nº 9 às

demonstrações financeiras).

Em junho de 2019, nova avaliação foi realizada pela controlada Tropical Agroparticipações. O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercato Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis. Sobre a variação do valor justo, foi apurado imposto diferido passivo de R\$5.935.

Em setembro de 2019, a Companhia vendeu novamente a controlada Tropical Agroparticipações S.A. (vide notas explicativas nº 8 e nº 9 às demonstrações financeiras).

11. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado:

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (*) %	2020			2019
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	2,9	56.537	(22.242)	34.295	33.073
Edifícios	2,5	408.472	(194.537)	213.935	219.017
Instalações	6,7	262.664	(199.634)	63.030	64.476
Máquinas e equipamentos	7,4	1.359.375	(1.037.020)	322.355	307.599
Usinas	3,8	57.842	(32.145)	25.697	27.640
Móveis, utensílios e outros	5,9	199.133	(111.453)	87.680	21.874
Obras em andamento	-	141.168	-	141.168	114.487
		-----	-----	-----	-----
		2.485.191	(1.597.031)	888.160	788.166
Propriedade de uso por controlada indireta (**)		49.691	-	49.691	47.850
		-----	-----	-----	-----
		2.534.882	(1.597.031)	937.851	836.016
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(**) Vide nota explicativa nº 10.4 às demonstrações financeiras.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, inclusive com os impactos do COVID-19, a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usinas	Móveis, utensílios e outros (1)	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	33.430	243.938	76.162	351.669	28.744	26.024	30.707	790.674
Adições	1.304	45	495	14.043	919	2.382	109.610	128.798
Baixas líquidas	(52)	-	(42)	(232)	-	(100)	(796)	(1.222)
Transferências								
- Imobilizado	75	555	5.489	12.771	(2)	287	(19.175)	-
- Propriedades para investimento	(580)	(4.927)	(7.439)	(21.745)	-	(101)	(6.472)	(41.264)
- Disponível para venda	-	(10.999)	-	(111)	-	(65)	-	(11.175)
Variação cambial	64	512	25	122	-	20	613	1.356
Depreciação do exercício	(1.610)	(10.107)	(10.257)	(48.933)	(2.021)	(5.553)	-	(78.481)
Ajuste da provisão para perdas com ativos (3)	442	-	43	15	-	(1.020)	-	(520)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	33.073	219.017	64.476	307.599	27.640	21.874	114.487	788.166
Adições	815	29	1.175	29.977	65	71.917	52.619	156.597
Baixas líquidas	(205)	(6)	(529)	(1.556)	-	(346)	(632)	(3.274)
Transferências								
- Imobilizado	-	2.087	6.086	28.374	-	468	(37.015)	-
- Imobilizado disponível para venda	-	-	-	(3.271)	-	-	-	(3.271)
- Peças de reposição	-	-	-	5.863	-	1.606	-	7.469
Variação cambial	1.910	2.355	913	2.494	-	126	11.709	19.507
Depreciação do exercício	(1.621)	(9.547)	(9.128)	(47.130)	(2.008)	(8.110)	-	(77.544)
Ajuste da provisão para perdas com ativos (3)	323	-	37	5	-	145	-	510
Saldo em 31 de dezembro de 2020	34.295	213.935	63.030	322.355	25.697	87.680	141.168	888.160

(1) Inclui aquisição de aeronave no valor líquido de R\$68.349 (R\$66.929, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2020), adquirida em setembro de 2020 pela Companhia. Pagamento realizado, em parte, através de arrendamento realizado com a SFG Equipment Leasing, considerado como arrendamento financeiro no valor de R\$39.089. Vide nota explicativa nº 14.b e nº 20 às demonstrações financeiras.

(2) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

(3) Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado, considerando fluxo de caixa para o período de 5 anos. Em 2020, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$4.793 (R\$5.303 em 31 de dezembro de 2019).

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Em 31 de dezembro de 2020, esse valor representava R\$16.725, classificados no ativo não circulante (R\$24.421, sendo R\$12.327 classificados no ativo circulante e R\$12.094 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019).

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	2019	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferência do imobilizado	2020
Custo	396.489	652	(53.829)	97.221	12.699	453.232
Depreciação	(334.561)	(486)	40.055	(84.173)	(9.428)	(388.593)
Provisão para perda	(37.507)	(1.951)	1.264	(9.720)	-	(47.914)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	24.421	(1.785)	(12.510)	3.328	3.271	16.725
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2018	Adições	Baixas	Transferências de/para propriedades para investimento	Variação cambial	2019
Custo	435.217	-	(77.599)	22.181	(485)	396.489
Depreciação	(367.074)	(1.334)	59.282	(11.006)	209	(334.561)
Provisão para perda	(30.699)	(1.401)	(4.272)	-	-	(37.507)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	37.444	(2.735)	(22.589)	11.175	(276)	24.421
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

12. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (2) % a.a.	Consolidado			
		2020			2019
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis (CSA e CTS – uso próprio)	40,7	2.602	(1.776)	826	1.666
Imóvel – fábrica (Guarani – uso próprio)	11,7	10.661	(1.242)	9.419	-
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	46.130	(7.688)	38.442	32.798
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	24,9	88.433	(32.342)	56.091	42.836
Veículos	50,1	2.284	(1.725)	559	731
Propriedades para investimentos (1)		92.644	-	92.644	71.168
		-----	-----	-----	-----
Total de direito de uso		242.754	(44.773)	197.981	149.199
Arrendamentos financeiros a receber (1)		112.889	-	112.889	91.719
		-----	-----	-----	-----
		355.643	(44.773)	310.870	240.918
		=====	=====	=====	=====

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada indireta SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação consolidada dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	Imóvel – fábrica	Imóveis – SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 (R2) (1)	2.231	-	34.590	44.230	1.158	68.585	103.163	253.957
Variação cambial	-	-	1.151	-	-	2.330	3.765	7.246
Adições (2)	363	-	-	17.059	621	875	-	18.918
Baixas (3)	-	-	-	(1.613)	-	-	(10.491)	(12.104)
Amortização do exercício	(928)	-	(2.943)	(16.840)	(1.048)	-	(1.466)	(23.225)
Atualização de contratos de subarrendamento	-	-	-	-	-	4.279	9.705	13.984
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(4.901)	(12.957)	(17.858)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.666	-	32.798	42.836	731	71.168	91.719	240.918
Variação cambial	-	1.953	9.522	-	-	20.645	26.589	58.709
Adições (2)	8	8.749	-	33.433	506	-	-	42.696
Baixas (3)	-	-	-	(3.267)	-	-	-	(3.267)
Amortização do exercício	(848)	(1.283)	(3.878)	(16.911)	(678)	-	-	(23.598)
Encargos	-	-	-	-	-	9.789	11.680	21.469
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(8.958)	(17.099)	(26.057)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	826	9.419	38.442	56.091	559	92.644	112.889	310.870

(1) Vide nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras sobre adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2).

(2) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(3) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

Ano	Arrendamentos financeiros a receber	
	2020	2019
2020	-	13.145
2021	17.124	13.282
2022	17.310	13.426
2023	17.508	13.580
2024 em diante	128.860	96.361
	180.802	149.794
Ajuste a valor presente	(67.913)	(58.075)
	112.889	91.719
Circulante	(16.230)	(6.601)
	96.659	85.118

Os valores registrados como arrendamento financeiro possui uma expectativa de cumprimento dos contratos de longo prazo com os subarrendatários e também, para alguns imóveis, uma expectativa de ocupação por algum período de vacância que são atualizados e avaliados anualmente. Em 31 de dezembro de 2020, a controlada indireta SGUS não possuía inadimplências com os contratos vigentes de subarrendamento.

13. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2020	2019
Ágio na aquisição da AMMO (1)	27.303	27.303
Marcas – próprias (3)	16.267	16.267
Marcas – licença de uso (4)	9.559	8.388
Propriedade intelectual (5)	18.933	15.387
Pontos comerciais (luvas) (6)	25.077	25.357
Outros	12	14
Total	97.151	92.716

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis foi como segue:

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Ágio na aquisição da Keeco (2)	Marcas - próprias (3)	Marcas - licença de uso (4)	Propriedade intelectual (5)	Pontos comerciais (6)	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.303	-	16.348	9.043	7.378	21.801	16	81.889
Adições	-	-	-	-	9.609	125	-	9.734
Baixas	-	-	(81)	-	-	(361)	-	(442)
Amortização	-	-	-	(718)	(1.600)	-	(2)	(2.320)
Variação cambial	-	-	-	63	-	-	-	63
Ajuste da provisão para perdas com ativos (6)	-	-	-	-	-	3.792	-	3.792
Saldo em 31 de dezembro de 2019	27.303	-	16.267	8.388	15.387	25.357	14	92.716
Transferências (alocação do ágio)	-	101.985	-	-	-	-	-	101.985
Adições	-	-	-	-	7.070	670	-	7.740
Baixas	-	-	-	-	-	(2.370)	-	(2.370)
Amortização	-	-	-	(925)	(3.524)	-	(2)	(4.451)
Variação cambial	-	29.518	-	2.096	-	-	-	31.614
Ajuste da provisão para perdas com ativos (2) (6)	-	(42.936)	-	-	-	1.420	-	(41.516)
Reclassificação para Ativos mantidos para venda (2)	-	(88.567)	-	-	-	-	-	(88.567)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	27.303	-	16.267	9.559	18.933	25.077	12	97.151

(1) Ágio na aquisição da AMMO: Ágio decorrente de investimento na AMMO Varejo.

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de sua unidade que possui ágio alocado. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2020 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada

considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa da controlada indireta AMMO, inclusive com os impactos do COVID-19, a controlada indireta CSA não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação do ágio registrado.

(2) Ágio na aquisição da Keeco: Ágio decorrente de investimento na Keeco Holdings, LLC.

Em 15 de março de 2019, a controlada indireta SGUS passou a deter participação da Keeco Holdings, LLC, que combinou suas operações com as operações adquiridas da SGUS naquela data. Em 31 de dezembro de 2019, o investimento estava contabilizado pela totalidade do valor pago pela participação da SGUS na Keeco, US\$36.000, que incluía o ágio pago por rentabilidade futura, menos o resultado daquele período de 9 ½ meses no valor de US\$1.776, totalizando US\$34.224 ou R\$137.946.

No primeiro trimestre de 2020, a controlada indireta SGUS recebeu a informação sobre o balanço daquela coligada com o ajuste das alocações do preço de compra ("*Purchase Price Allocation*"), podendo assim, separar o valor pago entre investimento pelo patrimônio contábil e o valor do ágio.

A movimentação foi como segue:

	US\$ mil	R\$ mil
<u>Separação da equivalência pelo patrimônio e ágio pagos:</u>		
Investimento em 31 de dezembro de 2019 (a)	8.922	35.961
Resultado do exercício de 2020	(2.158)	(11.298)
Variação cambial	-	10.488
Reclassificação para Ativos mantidos para venda (c)	(6.764)	(35.151)
	-----	-----
Investimento em 31 de dezembro de 2020	-	-
	=====	=====
Ágio em 31 de dezembro de 2019 (a)	25.302	101.985
Provisão para perdas 1º trimestre 2020 (b)	(8.259)	(42.936)
Variação cambial	-	29.518
Reclassificação para Ativos mantidos para venda (c)	(17.043)	(88.567)
	-----	-----
Ágio em 31 de dezembro de 2020	-	-
	=====	=====

(a) Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$137.946 ou US\$34.224.

(b) O investimento na coligada Keeco foi fortemente afetado pela pandemia do COVID-19 e, dado às novas projeções de resultados recebidas pela Companhia, foi necessário fazer provisão para perda no valor de R\$42.936 ou US\$8.259.

(c) No 4º trimestre de 2020, a controlada indireta SGUS disponibilizou para venda o investimento na Keeco. Os valores do investimento e do ágio foram reclassificados para a rubrica "Ativos mantidos para venda" e, o resultado da provisão para perda foi classificado como operações descontinuadas. Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras.

(3) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(4) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca "Santista" na Argentina e é

amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(5) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos.

(6) Pontos comerciais (luvas): Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$6.574 (R\$7.994 em 31 de dezembro de 2019), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

Os itens de (3) a (5) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses intangíveis.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Taxa anual	Venci-	Controladora	
	Moeda	de juros - %	mento	2020	2019
Moeda nacional:					
Banco Votorantim S.A.	R\$	2,5 + CDI	2021	81.065	81.437
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	6,5 + CDI	2021	12.543	15.014
Banco Fibra S.A. - CCB	R\$	115,0 do CDI	2022	40.096	39.997
Caixa Econômica Federal	R\$	180,0 do CDI	2023	26.696	16.535
Outros	R\$	-	2020	543	296
				-----	-----
				160.943	153.279
Moeda estrangeira:					
Banco Industrial do Brasil S.A.-PPE/ACE	US\$	7,7	2022	21.326	16.546
SP Investidor IV, LLC	US\$	13,0	2023	104.632	87.631
SFG Equipment Leasing (b)	US\$	3,8	2029	35.956	-
				-----	-----
				161.914	104.177
				-----	-----
Total				322.857	257.456
Circulante				(154.586)	(170.743)
				-----	-----
Não circulante				168.271	86.713
				=====	=====

		Taxa anual	Venci-	Consolidado	
	Moeda	de juros - %	mento	2020	2019
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (c)	R\$	130,0 e 294,0 do CDI	2023	419.253	434.941
Bradesco S.A.	R\$	6,1 + CDI	2024	17.543	19.760
Banco Votorantim S.A. (a)	R\$	2,5 + CDI	2021	81.065	81.437
Banco BBM S.A. – CCB	R\$	149,0/150,5 do CDI e 3,9/7,0 + CDI	2024	34.604	44.821
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,3 + CDI	2022	100.300	128.475
Banco Fibra S.A. - CCE (a)	R\$	6,5 a 7,5 + CDI	2022	47.669	22.713
Banco Fibra S.A. - CCB (a)	R\$	115,0 do CDI	2022	40.096	39.997
Banco Fibra S.A. – CCE	R\$	15,8	2022	819	819
Banco do Brasil S.A. - CDC	R\$	7,1 a 9,0	2021	75.289	77.391
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	35	168
Banco Safra S.A.	R\$	6,8 e 7,4 + CDI	2024	69.094	54.960
Caixa Econômica Federal (a) (d)	R\$	166,3 e 180,0 do CDI	2023	58.552	54.322
Banco Daycoval S.A.	R\$	5,2 a 7,1 + CDI	2024	47.030	15.743
Banco Pine S.A.	R\$	7,8 e 8,3 + CDI	2022	17.611	23.782
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,7 e 6,8 + CDI	2024	30.187	30.251
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	5,2 + CDI	2021	1.255	-
Banco BTG Pactual S.A. (e)	R\$	12,5	2022	36.885	-
Banco Santander S.A. (f)	R\$	3,5 e 4,7+ CDI	2021	55.228	-
Banco ABC Brasil S.A. - CCB	R\$	3,9 + CDI	2022	20.008	-
Financiadora de Estudos e Projetos	R\$	4,4	2025	19.101	-
Outros (a)	R\$	-	2023	10.514	14.654
				1.182.138	1.044.234
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	\$ARG	30,0	2021	1.194	4.657
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	8,5	2021	10.019	9.960
Banco do Brasil S.A.	US\$	4,8 a 5,0	2021	37.859	36.671
Banco Santander S.A. - PPE	US\$	8,1	2021	-	124.252
JP Morgan	US\$	Libor + 0,9	2020	-	32.648
Banco Industrial do Brasil S.A.-PPE/ACE (a)	US\$	7,7 a 8,0	2022	21.326	27.504
Banco Pine S.A.	US\$	9,5	2021	10.471	8.221
Banco Safra S.A.	US\$	5,7	2021	16.410	7.328
Banco Itaú Unibanco S.A.	US\$	7,5 e 7,6	2020	-	29.388
Banco Fibra S.A.	US\$	5,0	2020	-	20.261
SP Investidor IV, LLC (a)	US\$	13,0	2023	104.632	87.631
ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.	US\$	8,0	2021	44.096	-
SFG Equipment Leasing (a) (b)	US\$	3,8	2029	35.956	-
				281.963	388.521
Total				1.464.101	1.432.755
Circulante				(866.943)	(825.161)
Não circulante				597.158	607.594

(a) Empréstimos mantidos em parte pela controladora.

(b) Empréstimo obtido pela controladora para financiamento de compra de ativo imobilizado na modalidade de arrendamento mercantil financeiro.

(c) Inclui empréstimos da controlada indireta CSA (R\$382.011 em 31 de dezembro de 2020), com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes a partir de 2019, em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(d) Inclui empréstimo da controlada SGPSA (R\$18.971 em 31 de dezembro de 2020), com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida

Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais; (ii) razão entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

(e) Empréstimo da controlada indireta CSA, com cláusulas de vencimento antecipado, onde a controlada indireta CSA comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro: razão entre Dívida Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(f) Empréstimos da controlada indireta CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

Durante o exercício de 2020, devido à redução da rentabilidade decorrente dos efeitos da pandemia (COVID-19), descritas na nota explicativa nº 31 às demonstrações financeiras, a controlada SGPSA e sua controlada indireta CSA obtiveram “waiver” dos covenants financeiros descritos acima, junto às instituições financeiras.

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (c), (d), (e) e (f) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança da Companhia; e (iii) por duplicatas a receber.

Os vencimentos dos empréstimos consolidados são como segue:

	2021	2022	2023	2024 a 2029	Total
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A.	183.037	127.366	108.850	-	419.253
Bradesco S.A.	5.203	4.936	4.936	2.468	17.543
Banco Votorantim S.A.	81.065	-	-	-	81.065
Banco BBM S.A. - CCB	17.994	6.996	6.995	2.619	34.604
Banco ABC do Brasil S.A.	55.972	44.328	-	-	100.300
Banco Fibra S.A. - CCE	39.753	7.916	-	-	47.669
Banco Fibra S.A. - CCB	1.096	39.000	-	-	40.096
Banco Fibra S.A. - CCE	9	810	-	-	819
Banco do Brasil S.A. - CDC	75.289	-	-	-	75.289
BNDES (Finame)	15	14	6	-	35
Banco Safra S.A.	52.904	5.714	5.714	4.762	69.094
Caixa Econômica Federal	38.549	16.192	3.811	-	58.552
Banco Daycoval S.A.	17.913	17.381	10.903	833	47.030
Banco Pine S.A.	14.411	3.200	-	-	17.611
Banco Sofisa S.A.	13.520	5.715	5.714	5.238	30.187
Banco Industrial do Brasil S.A.	1.255	-	-	-	1.255
Banco BTG Pactual S.A.	26.411	10.474	-	-	36.885
Banco Santander S.A.	55.228	-	-	-	55.228
Banco ABC Brasil S.A. - CCB	8.897	11.111	-	-	20.008
Financiadora de Estudos e Projetos	416	4.771	4.771	9.143	19.101
Outros	10.069	412	33	-	10.514
	699.006	306.336	151.733	25.063	1.182.138
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	1.194	-	-	-	1.194
Banco Luso Brasileiro S.A.	10.019	-	-	-	10.019
Banco do Brasil S.A.	37.859	-	-	-	37.859
Banco Industrial do Brasil S.A. - PPE/ACE	10.933	10.393	-	-	21.326
Banco Pine S.A.	10.471	-	-	-	10.471
Banco Safra S.A.	16.410	-	-	-	16.410
SP Investidor IV, LLC	33.782	38.466	32.384	-	104.632
ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.	44.096	-	-	-	44.096
SFG Equipment Leasing	3.173	3.295	3.423	26.065	35.956
	167.937	52.154	35.807	26.065	281.963
Total	866.943	358.490	187.540	51.128	1.464.101

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	2020			2019
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo no início do exercício	1.432.755	99.397	1.532.152	1.548.367
Novas captações ou renovações	769.936	-	769.936	423.288
Juros provisionados	111.701	6.095	117.796	105.284
Amortização de principal	(846.900)	(12.500)	(859.400)	(452.805)
Pagamento de juros	(95.916)	(3.159)	(99.075)	(105.843)
Variação cambial	86.726	-	86.726	19.450
Encargos antecipados, líquidos	5.799	1.252	7.051	(2.568)
Saldo no final do exercício	1.464.101	91.085	1.555.186	1.535.173

15. DEBÊNTURES

a) Em 12 de junho de 2017, a controlada indireta CSA emitiu a 3ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características descritas abaixo, a qual, na mesma data, foi integralmente subscrita pela Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. ("Subscritora"). Posteriormente, a Subscritora alienou as Debêntures à Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), com objetivo de vincular os recursos das debêntures à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA.

Características da 3ª série de Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	50.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização:	
Vencimento 1ª parcela - 25,00%	18/12/2018
Vencimento 2ª parcela - 25,00%	18/06/2019
Vencimento 3ª parcela - 25,00%	18/12/2019
Vencimento 4ª parcela - 25,00%	18/06/2020
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais

As debêntures foram totalmente liquidadas no seu vencimento.

b) Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada indireta CSA emitiu a 4ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características abaixo, as quais, em 19 de fevereiro de 2018, foram integralmente subscritas e modificadas em 14 de maio de 2020.

<u>Características da 4ª série de Debêntures</u>	<u>fevereiro/2018</u>	<u>maio/2020</u>
Quantidade de debêntures emitidas	150.000	87.500
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000	R\$1.000
Amortização	12 parcelas trimestrais iguais	1 parcela
Vencimento inicial	19/05/2018	-
Vencimento final	19/02/2021	19/02/2021
Remuneração	100% do CDI + 2,75% a.a.	100% do CDI + 4,75% a.a.
Amortização dos juros	12 parcelas trimestrais iguais	1 parcela em 19/02/2021
Garantias	(1)	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)	(2)

Em 14 de maio de 2020, os Debenturistas reunidos em assembleia geral, deliberaram por: (i) alterar a Remuneração das debêntures, mediante a alteração da sobretaxa spread de 2,75% a.a. para spread de 4,75% a.a.; (ii) alterar a periodicidade de pagamento da remuneração das debêntures para um pagamento único na data do vencimento; e (iii) alterar a periodicidade de pagamento da amortização do valor nominal unitário das debêntures, para um pagamento único na data do vencimento.

As alterações e aprovações dos debenturistas foram refletidas na respectiva Escritura.

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis daquela controlada indireta, referidos na nota explicativa nº 10.2 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,43 vezes o valor de emissão das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 1,67 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A. e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas usuais de vencimento antecipado sem compromisso pela manutenção de índices financeiros.

Os saldos das debêntures, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, eram assim compostos:

	Debêntures da		Consolidado	
	3ª série	4ª série	2020	2019
Valor original	-	87.500	87.500	100.000
Encargos antecipados	-	(132)	(132)	(1.385)
Juros provisionados	-	3.717	3.717	782
	-----	-----	-----	-----
Total das debêntures	-	91.085	91.085	99.397
Circulante	-	(91.085)	(91.085)	(87.008)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	-	12.389
	=====	=====	=====	=====

16. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2020	2019
Mercado interno	223.891	168.239
Mercado externo	25.463	29.729
	-----	-----
	249.354	197.968
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente 65 dias (55 dias em 31 de dezembro de 2019).

17. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997

Prazo de concessão: 35 anos

Valor total da concessão: R\$333.310

Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	8.672	829.728	1.351.265
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a controlada indireta CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros na contratação da concessão, atualizada pelo IGP-M. As movimentações ocorridas nos saldos da concessão, são como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	65.983	65.448
Apropriação das parcelas da outorga	4.483	4.027
Pagamentos	(22.440)	(21.518)
Juros (7,5% a.a.)	18.652	15.726
Variação monetária (IGPM)	14.190	2.300
	-----	-----
Circulante	80.868	65.983
	(27.658)	(22.212)
	-----	-----
Não circulante	53.210	43.771
	=====	=====

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2020, somam R\$16.772 (R\$18.208 em 31 de dezembro de 2019) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

18. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Vencimentos	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Imóveis	2024	898	1.735
Imóvel - fábrica	2028	9.877	-
SGUS (*)	2030	266.286	217.120
Imóveis - lojas	2025	60.833	45.142
Veículos	2022	580	747
		-----	-----
		338.474	264.744
Circulante		(61.922)	(50.486)
		-----	-----
Não circulante		276.552	214.258
		=====	=====

(*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis - SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras.

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

	2021	2022	2023	2024 a 2030	Total
Imóveis	711	84	84	70	949
Imóvel - fábrica	1.807	1.806	1.806	8.278	13.697
SGUS	42.037	41.594	41.928	303.173	428.732
Imóveis - lojas	21.754	15.994	14.678	18.567	70.993
Veículos	556	37	-	-	593
	-----	-----	-----	-----	-----
Total bruto	66.865	59.515	58.496	330.088	514.964
Ajuste a valor presente	(4.943)	(6.496)	(12.746)	(152.305)	(176.490)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	61.922	53.019	45.750	177.783	338.474
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	2020						2019
	Imóveis	Imóvel - fábrica	SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Total	Total
Saldo no início do exercício	1.735	-	217.120	45.142	747	264.744	23.221
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 (1)	-	-	-	-	-	-	253.957
Adições (2)	8	8.749	-	33.433	506	42.696	18.043
Baixas (3)	-	-	-	(3.492)	-	(3.492)	(12.555)
Encargos	134	984	28.128	5.607	63	34.916	28.229
Pagamentos	(979)	(1.794)	(41.758)	(14.135)	(736)	(59.402)	(54.409)
Renegociações (4)	-	-	-	(5.722)	-	(5.722)	-
Variação cambial	-	1.938	62.945	-	-	64.883	8.165
Outros	-	-	(149)	-	-	(149)	93
Saldo no final do exercício	898	9.877	266.286	60.833	580	338.474	264.744
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

(2) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(3) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

(4) Em função da pandemia da COVID-19, a controlada indireta AMMO Varejo renegociou os aluguéis de algumas lojas junto aos arrendadores, obtendo isenção ou redução do valor do aluguel mínimo referente aos meses em que as lojas estiveram fechadas, atendendo as orientações de cada município. De acordo com a revisão do CPC 06 (R2), a controlada indireta AMMO Varejo adotou o expediente prático, e ajustou os passivos dos arrendamentos no valor das reduções obtidas.

Os efeitos no resultado em 2020 e 2019 são como segue:

Operações continuadas	2020					2019	
	Imóveis	Imóvel - fábrica	SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos pagos no exercício	979	1.794	41.758	14.135	736	59.402	52.582
PIS e COFINS recuperado	-	-	-	(1.307)	-	(1.307)	(1.801)
Renegociações	-	-	-	5.722	-	5.722	-
Amortização de direitos de uso	(848)	(1.283)	(3.878)	(16.911)	(678)	(23.598)	(21.979)
PIS e COFINS sobre amortização	-	-	-	982	-	982	1.387
Encargos, líquidos	(134)	(984)	(6.659)	(5.607)	(63)	(13.447)	(27.134)
PIS e COFINS sobre juros	-	-	-	325	-	325	414
Baixas, líquidas	-	-	-	225	-	225	451
Atualização de contratos de Subarrendamento	-	-	-	-	-	-	13.984
Subarrendamentos recebidos	-	-	(26.057)	-	-	(26.057)	(17.858)
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(3)	(473)	5.164	(2.436)	(5)	2.247	46
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Operações descontinuadas	Consolidado	
	2020	2019
Arrendamentos pagos no exercício	-	1.827
Amortização de direitos de uso	-	(1.246)
Juros apropriados sobre arrendamentos	-	(1.095)
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	-	(514)
	=====	=====

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está representado como segue:

	Nº de ações	
	2020	2019
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
	30.636.457	30.636.457
	=====	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas aos acionistas controladores alienantes, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Consolidado			
	A receber		A pagar	
	2020	2019	2020	2019
Innotex International Ltd.	15.258	11.564	-	-
Holtex, Inc.	1.777	1.378	-	-
Empr. Nac. Com. Rédito e Particip. S.A. - ENCORPAR	58.794	52.016	-	-
Wembley S.A.	10.358	9.750	-	-
Companhia Tropical de Alimentos e Participações	-	5.308	-	-
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	-	-	-	1.194
	86.187	80.016	-	1.194
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros (consolidado)	
	2020	2019
Wembley S.A.	5.850	1.290
Empr. Nac. Com. Rédito e Particip. S.A. - ENCORPAR	5.274	4.237
JAGS - José Alencar Gomes da Silva	503	139
Innotex International Ltd.	348	379
Seda S.A.	138	104
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	-	(47)
Econorte - Empr. Constr. Norte de Minas Ltda.	2	2
Seda, Inc.	748	260
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	(201)	-
Companhia Tropical de Alimentos e Participações	929	-
Holtex, Inc.	20	-
	13.611	6.364
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do recurso.

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada SGPSA, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pela Companhia sobre empréstimos e financiamentos tomados pela controlada SGPSA e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$9.251 estava contabilizado, sendo R\$3.380 na rubrica "Outros contas a pagar" no passivo circulante (R\$4.418 em 31 de dezembro de 2019) e R\$5.871 na rubrica "Outras obrigações" no passivo não circulante

(R\$9.251 em 31 de dezembro de 2019), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. Em 2020, foi apropriado o valor de R\$4.418 como receita financeira na rubrica “Receitas financeiras” (R\$5.288 em 2019). Esses valores são eliminados nas demonstrações consolidadas.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresa ligada, e a controlada Santanense possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os escritórios da controlada. Em 2020, foram efetuados pagamentos no valor de R\$516 (R\$475 em 2019).

Em 14 de agosto de 2020, foi aprovado em reunião do conselho de Administração, a aquisição de aeronave de sua controladora Wembley S.A., pelo menor valor entre as duas publicações especializadas em divulgação de preços de mercado da aeronave (“*Aircraft BLUE BOOK*” e “Guia Oficial da AOPA – *VREF Aircraft Values & Appraisals*”). Adicionalmente, foi aprovada na mesma data, a celebração de contrato de arrendamento financeiro para parte do valor de aquisição da aeronave. Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações financeiras.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis. Os saldos dos honorários da administração estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Conselheiros (Companhia)	1.343	1.341	1.343	1.341
Conselheiros (Controladas)	-	-	2.025	1.940
Diretores estatutários (Companhia)	1.232	1.232	1.232	1.232
Diretores estatutários (Controladas)	-	-	5.751	6.132
Outros diretores (controladas)	-	-	8.180	7.651
	-----	-----	-----	-----
	2.575	2.573	18.531	18.296
	=====	=====	=====	=====

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	2020				
	CTNM	Oxford	CSA	Outros	CTNM
	Controladora	Consolidado	Consolidado	(2)	Consolidado
Resultado antes dos impostos (1)	(196.940)	(5.722)	(156.746)	(85.757)	163.940
Equivalência patrimonial	184.097	4	-	11.298	(176.496)
Subvenção para investimentos	-	(9.712)	(34.190)	-	-
Lucros no exterior	-	-	1.289	-	-
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	-	(4.037)	-
Outros	1.718	314	602	-	-
Base de cálculo dos impostos	(11.125)	(15.116)	(189.045)	(78.496)	(12.556)
Alíquota de 34%	3.783	5.140	64.275	26.689	4.268
Créditos fiscais não constituídos	(16.442)	(225)	(66.241)	(27.003)	(4.268)
Provisão para perdas de ativos fiscais	-	-	-	(69.707)	-
Outros	-	(10)	(303)	-	-
Total dos impostos sobre o lucro	(12.659)	4.905	(2.269)	(70.021)	-
Operações continuadas					
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(1.115)	(308)	(314)	-
Impostos sobre o lucro – diferido	(12.659)	6.020	(1.961)	(69.707)	-
	(12.659)	4.905	(2.269)	(70.021)	-

2019

	CTNM Controladora	Oxford Consolidado	CSA Consolidado	SGUS	Tropical Agroparti- cipações	Outros (2)	CTNM Consolidado
Resultado antes dos impostos (1)	(53.809)	(29.131)	(106.061)	246.733	(528)	(20.930)	36.274
Equivalência patrimonial	640	209	-	7.159	-	4.487	12.495
Subvenção para investimentos	-	(15.108)	(40.447)	-	-	-	(55.555)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	-	(4.338)	-	-	(4.338)
Outros	209	598	1.072	-	-	78	1.957
Base de cálculo dos impostos	(52.960)	(43.432)	(145.436)	249.554	(528)	(16.365)	(9.167)
Alíquota de 34%	18.006	14.767	49.448	(84.848)	180	5.564	3.117
Créditos fiscais não constituídos	(20.295)	(9.344)	(52.819)	6.537	(7)	(5.564)	(81.492)
Créditos fiscais de controlada no exterior	-	-	(120)	(291)	-	-	(411)
Outros	13	295	(301)	230	(130)	-	107
Total dos impostos sobre o lucro	(2.276)	5.718	(3.792)	(78.372)	43	-	(78.679)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Operações continuadas							
Impostos sobre o lucro – corrente	-	1.983	(323)	4.640	173	-	6.473
Impostos sobre o lucro – diferido	(2.276)	3.735	(3.469)	(291)	(130)	-	(2.431)
	(2.276)	5.718	(3.792)	4.349	43	-	4.042
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Operações descontinuadas							
Impostos sobre o lucro – corrente	-	-	-	(2.535)	-	-	(2.535)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	-	-	(80.186)	-	-	(80.186)
	-	-	-	(82.721)	-	-	(82.721)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui resultado antes dos impostos de operações descontinuadas. Vide notas explicativas nº 29 e 30 às demonstrações financeiras.

(2) Inclui efeito cambial de controladas no exterior, resultado de controladas não operacionais e eliminações para a consolidação.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

		Reconhecidos no				
	Saldos em		Patrimônio	Variação		Saldos em
	2019	Resultado	líquido	cambial	Outros	2020
Ativo:						
Prejuízo fiscal, líquido (Companhia) (p)	3.454	-	-	-	-	3.454
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	6.299	(5.085)	-	-	-	1.214
Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a)	649	-	-	-	(261)	388
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	15.635	1.148	-	-	-	16.783
Prejuízo fiscal, líquido (CSA - Brasil) (1) (p)	1.148	(1.148)	-	-	-	-
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA) (1) (p)	7.167	-	-	-	-	7.167
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a)	66.501	(69.707)	-	19.265	-	16.059
Diferenças temporárias (AMMO - Brasil) (1) (a)	225	-	-	-	196	421
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	-	-	1.905
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (a) (*)	2.400	(348)	-	-	-	2.052
Prejuízo fiscal, líquido (Santanense) (3) (a) (*)	19.939	3.893	-	-	-	23.832
Reclassificações para apresentação de balanço (a) (*)	(22.339)	(2.180)	-	-	-	(24.519)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	102.983	(73.427)	-	19.265	(65)	48.756
Passivo:						
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(3.704)	(5.452)	-	-	-	(9.156)
Deságio em controlada (Companhia) (p)	(426)	-	-	-	-	(426)
Propriedades para investimento (Companhia) (p)	(16.932)	(1.685)	-	-	-	(18.617)
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(14.027)	(437)	-	-	-	(14.464)
Diferenças temporárias (Companhia - Argentina) (p)	(75)	-	-	-	8	(67)
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(83.389)	(3.151)	-	-	-	(86.540)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(6.651)	-	-	-	548	(6.103)
Propriedades para investimento (Santanense) (3) (p)	(2.341)	(2)	-	-	(2)	(2.345)
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	(17.539)	1.190	-	-	-	(16.349)
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (p)	(26.994)	2.477	-	-	(2)	(24.519)
Deságio em controlada (Oxford) (p)	(4.623)	-	-	-	-	(4.623)
Reclassificações para apresentação de balanço (p) (*)	22.339	2.180	-	-	-	24.519
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(154.362)	(4.880)	-	-	552	(158.690)
Total de impostos diferidos, líquido	(51.379)	(78.307)	-	19.265	487	(109.934)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos diferidos no ativo não circulante (soma de a)	69.280	(68.342)	-	19.265	(65)	20.138
Impostos diferidos no passivo não circulante (soma de p)	(120.659)	(9.965)	-	-	552	(130.072)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Reclassificações efetuadas para apresentação de balanço.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R\$263.179 em prejuízos fiscais (R\$214.301 em 31 de dezembro de 2019) e R\$277.499 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$228.470 em 31 de dezembro de 2019), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(1) Impostos diferidos da controlada indireta CSA:

A controlada indireta CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado CSA		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais (*)	Total
2021	3.846	(3.846)	-
A partir de 2023	13.746	11.013	24.759
	-----	-----	-----
	17.592	7.167	24.759
	=====	=====	=====

(*) Inclui compensação de impostos pagos na Argentina.

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, a controlada indireta CSA possuía R\$1.003.472 em prejuízos fiscais (R\$915.612 em 31 de dezembro de 2019) e R\$1.009.600 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$921.695 em 31 de dezembro de 2019), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2020, a controlada indireta AMMO Varejo possuía R\$335.239 em prejuízos fiscais (R\$283.948 em 31 de dezembro de 2019) e R\$335.268 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$282.322 em 31 de dezembro de 2019).

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras.

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização	Total
	Complexo comercial (10.1)	Complexo residencial (10.2)	Montes Claros (10.5)	
Valor justo	306.236	45.034	53.776	405.046
Total do custo residual	(110.562)	(93)	(39.860)	(150.515)
	-----	-----	-----	-----
Mais valia apurada	195.674	44.941	13.916	254.531
	-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	66.529	15.280	4.731	86.540
	=====	=====	=====	=====

(2) Impostos diferidos da controlada indireta SGUS:

A controlada indireta SGUS, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, a controlada indireta SGUS possui saldo de impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$16.059 (R\$66.501 em 31 de dezembro de 2019). A redução nos impostos diferidos foi ocasionada pelo impacto negativo da COVID-19 nas projeções de rentabilidade da sua coligada Keeco, LLC. A atualização das projeções considera as receitas e despesas da controlada SGUS, incluindo a rentabilidade de sua coligada, para os próximos 10 anos.

Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos ativos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2020, é como segue:

Ano	Controlada indireta SGUS
2021	16.059
	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2020 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, a controlada indireta SGUS indireta possui saldo de R\$1.213.899 em prejuízos fiscais (R\$499.688 em 31 de dezembro de 2019), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(3) Impostos diferidos da controlada indireta Santanense:

A Santanense, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2021	2.052	16	2.068
2022	-	754	754
2023	-	2.501	2.501
2024	-	2.899	2.899
A partir de 2025	-	17.662	17.662
	-----	-----	-----
	2.052	23.832	25.884
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	28.340	24.449
Imposto de renda e contribuição social antecipados	2.869	1.724	16.347	15.536
PIS e COFINS a recuperar (*)	67.312	70.134	268.637	358.393
INSS a recuperar	-	-	27	17.858
IVA/ingressos brutos - Argentina	-	-	4.355	1.417
IPI a recuperar	-	-	83	83
Imposto sobre o lucro líquido - ILL	5.341	5.341	5.341	5.341
IPTU a compensar	-	-	10.901	-
Outros impostos a recuperar	-	-	635	520
	-----	-----	-----	-----
Ativo circulante	75.522 (10.622)	77.199 (1.724)	334.666 (84.570)	423.597 (86.727)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	64.900 =====	75.475 =====	250.096 =====	336.870 =====

(*) Inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS.

22. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja perda foi estimada como possível, nos valores de R\$43.077, R\$154.399 e R\$3.683, respectivamente (R\$34.042, R\$139.512 e R\$4.402, respectivamente em 31 de dezembro de 2019). Os principais processos tributários correspondem a autos de infrações referentes a: (i) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (ii) apuração de crédito presumido FAIN (R\$5.871); (iii) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160); e (iv) indeferimento parcial de compensações de créditos presumidos de IPI e IPI sobre desembaraço aduaneiro de aeronave (R\$2.651). Os principais processos cíveis referem-se a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no valor correspondente a R\$38.701, que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Ações Anulatórias com pedido de Liminar visando cancelar algumas "Dações em pagamento" de diversos imóveis, em razão das dívidas geradas pela não entrega de algodão em valor correspondente a R\$105.368 e arresto de algodão em pluma correspondente a R\$5.768. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Processos fiscais:				
INSS	232	232	825	825
IPI bandeira estrangeira	2.893	2.893	2.893	2.893
Outras	981	1.806	2.166	2.990
Trabalhistas	-	-	9.852	9.807
Cíveis e outras	6.726	8.178	10.614	11.682
	-----	-----	-----	-----
	10.832	13.109	26.350	28.197
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	9.224	11.567	25.551	28.157
	=====	=====	=====	=====

INSS - Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são polos ativos em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

IPI Bandeira Estrangeira - A Companhia é polo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas - A Companhia e suas controladas são polos passivos em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis - A Companhia e sua controlada indireta CSA são polos ativos em ações judiciais contra a União questionando a legalidade da COFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) - A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em	Adições	Baixas	Variação cambial	Saldos em
	2019				2020
Processos fiscais:					
INSS	825	-	-	-	825
IPI Bandeira Estrangeira	2.893	-	-	-	2.893
Outras	2.990	2	(826)	-	2.166
Trabalhistas	9.807	2.606	(2.522)	(39)	9.852
Cíveis e outras	11.682	532	(1.527)	(73)	10.614
	-----	-----	-----	-----	-----
	28.197	3.140	(4.875)	(112)	26.350
	=====	=====	=====	=====	=====

23. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	164.983	155.727
Custo do serviço	1.463	1.049
Custo dos juros	7.550	6.779
(Ganho) perda atuarial	10.679	9.995
Pagamento de benefícios	(18.145)	(14.898)
Variação cambial	47.713	6.331
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	214.243	164.983
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	51.960	46.578
Retorno sobre os ativos	10.108	8.796
Contribuições do empregador	13.316	9.533
Pagamento de benefícios	(18.145)	(14.898)
Variação cambial	14.985	1.951
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	72.224	51.960
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	142.019	113.023
	=====	=====
Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano		
Taxa de desconto (a.a.)	2,10% a 2,45%	3,05% a 3,25%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	-
Premissas atuariais para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas		
Taxa de desconto e taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	3,05% a 3,25%	4,15% a 4,30%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	-

	2020	2019
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.463	1.049
Custo dos juros, líquido	4.022	4.196
	-----	-----
Custo líquido do benefício	5.485	5.245
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 40% em investimentos de renda variável e 60% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

	2020	2019
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	28.736	17.938
Renda fixa	39.862	33.254
Caixa e equivalentes de caixa	3.626	768
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	72.224	51.960
	=====	=====

A controlada indireta SGUS espera contribuir R\$13.164 para os planos de benefício definido em 2021. Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2021	18.393
2022	15.935
2023	15.378
2024	14.822
2025	14.299
2026 – 2030	62.911

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2020	2019
Provisão para plano de pensão	142.019	113.023
Outras provisões de benefícios a funcionários	2.893	2.761
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	144.912	115.784
	-----	-----
Circulante (a)	(13.209)	(9.617)
	-----	-----
Não circulante	131.703	106.167
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ATIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	1.075	1.630	185.467	165.453
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	28.164	41.126
Duplicatas a receber	-	-	622.027	604.592
Valores retidos	-	-	20.787	25.393
Valores a receber - venda de investimento (c)	33.783	19.340	33.783	19.340
Outros créditos a receber	995	895	27.967	31.067
Títulos e valores mobiliários (nc)	2.353	1.529	5.917	72.539
Valores a receber - clientes	-	-	25.171	23.968
Valores a receber - venda de investimento (nc)	70.849	68.291	70.849	68.291
Partes relacionadas	211.426	175.410	86.187	80.016
Depósitos judiciais	9.224	11.567	25.551	28.157
Outros créditos e valores a receber	240	20.254	69.173	65.583
Valor justo por meio do resultado:				
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	-	18.365
PASSIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	154.586	170.743	866.943	825.161
Debêntures (c)	-	-	91.085	87.008
Fornecedores	623	813	249.354	197.968
Concessões governamentais (c)	-	-	27.658	22.212
Outras contas a pagar	5.691	6.571	64.366	63.589
Empréstimos e financiamentos (nc)	168.271	86.713	597.158	607.594
Debêntures (nc)	-	-	-	12.389
Concessões governamentais (nc)	-	-	53.210	43.771
Partes relacionadas	235.396	176.724	-	1.194
Outras obrigações	7.700	11.049	44.095	37.663

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não havia outras operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	2020				Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG	
Investimentos no exterior:					
Coteminas Argentina	62.850	1.017.728	-	-	7.319
LAT Capital	13.175	-	2.535	-	2.733
Textil Guarani	4.449	-	-	5.943.094	479
SGUS	385.394	-	74.161	-	122.042
Santanense Argentina S.A.	(55)	(891)	-	-	5
Coteminas International Ltd.	2.785	-	536	-	1.877
Coteminas (Sucursal Argentina)	(33)	(534)	-	-	3
	-----	-----	-----	-----	-----
	468.565	1.016.303	77.232	5.943.094	134.458
Partes relacionadas:					
LAT Capital	(115.329)	-	(22.193)	-	(25.403)
SGUS	(256.291)	-	(49.318)	-	(63.138)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(371.620)	-	(71.511)	-	(88.541)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total de investimentos líquidos	96.945	1.016.303	5.721	5.943.094	45.917
	=====	=====	=====	=====	=====
	2019				Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
	R\$	\$ARG	\$PYG	US\$	
Coteminas Argentina	21.636	321.478	-	-	(1.770)
LAT Capital	9.219	-	-	2.287	366
Textil Guarani	3.008	-	4.824.379	-	85
SGUS	422.901	-	-	104.920	18.069
Santanense Argentina S.A.	(61)	(906)	-	-	25
Coteminas International Ltd.	5.798	-	-	1.438	263
Coteminas (Sucursal Argentina)	(32)	(475)	-	-	16
	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos investimentos no exterior	462.469	320.097	4.824.379	108.645	17.054
	=====	=====	=====	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras são como segue:

Instrumentos financeiros	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	8.529	6.473
Duplicatas a receber	50.163	76.998
Títulos e valores mobiliários	-	71.010
Valores a receber - venda investimento	104.632	87.631
Fornecedores	(11.108)	(10.621)
Empréstimos e financiamentos	(280.769)	(351.217)
Partes relacionadas	131.955	(217.996)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	3.402	(337.722)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	655	(83.787)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2021	Baixa do Dólar	9.015	1.787	(10.371)	(22.529)
2022	Baixa do Dólar	(2.685)	(602)	3.037	6.677
2023	Baixa do Dólar	(659)	(319)	617	1.552
2024	Baixa do Dólar	(684)	(554)	473	1.499
2025	Baixa do Dólar	(711)	(827)	303	1.433
2026	Baixa do Dólar	(738)	(1.132)	110	1.352
2027	Baixa do Dólar	(767)	(1.492)	(123)	1.246
2028	Baixa do Dólar	(796)	(1.901)	(392)	1.118
2029	Baixa do Dólar	(1.320)	(3.626)	(1.004)	1.619
		-----	-----	-----	-----
		655	(8.666)	(7.350)	(6.033)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia contratos em aberto, passíveis de flutuação de preço.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 14 e 20. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--São classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica "Despesas financeiras - juros sobre empréstimos". Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

d.5.2 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Bancários - CDI da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	2020			2019	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	165.000	305	(2.237)	163.068	162.464
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	165.000	305	(2.237)	163.068	162.464
Contrato de empréstimo -- Juros: 294,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: março/2022	56.250	136	(511)	55.875	66.008
Contrato de empréstimo -- Juros: 294,0% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: março/2022	37.500	82	(340)	37.242	44.005
(referência à nota explicativa nº 14)				419.253	434.941
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,1% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2024	17.277	266	-	17.543	-
(referência à nota explicativa nº 14)				17.543	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,5% Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: fevereiro/2021	40.000	581	-	40.581	40.813
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,5% Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: fevereiro/2021	20.000	272	-	20.272	20.351

Descrição	2020			2019	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,5% Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: abril/2021	20.000	212	-	20.212	20.273
(referência à nota explicativa nº 14)				81.065	81.437
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: junho/2021	6.644	85	-	6.729	22.992
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: julho/2021	1.447	38	-	1.485	5.018
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,5% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: julho/2021	3.216	42	-	3.258	8.807
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021	3.000	1	-	3.001	8.004
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2024	10.000	8	-	10.008	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. Vencimento: dezembro/2023	10.000	123	-	10.123	-
(referência à nota explicativa nº 14)				34.604	44.821
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCB Vencimento: abril/2022	13.636	34	-	13.670	17.552
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	12.329	31	-	12.360	15.871
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	14.090	35	-	14.125	18.138
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	15.852	40	-	15.892	20.405
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	14.090	35	(72)	14.053	17.728
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2022	7.531	19	-	7.550	9.696

Descrição	2020			2019	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2022	7.531	19	-	7.550	9.695
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2022	7.531	19	-	7.550	9.695
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2022	7.531	19	-	7.550	9.695
(referência à nota explicativa nº 14)				100.300	128.475
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: outubro/2020	-	-	-	-	3.350
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: outubro/2020	-	-	-	-	4.349
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: abril/2022	20.000	75	-	20.075	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2022	15.000	51	-	15.051	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: outubro/2021	12.500	43	-	12.543	15.014
(referência à nota explicativa nº 14)				47.669	22.713
Contrato de empréstimo -- Juros: 115,0 do CDI Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2022	39.000	1.096	-	40.096	39.997
(referência à nota explicativa nº 14)				40.096	39.997
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: fevereiro/2020	-	-	-	-	838
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2020	-	-	-	-	838
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,6% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: julho/2020	-	-	-	-	20.007

Descrição	2020			2019	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,6% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: agosto/2020	-	-	-	-	20.129
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,5% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: setembro/2020	-	-	-	-	4.001
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,5% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: setembro/2020	-	-	-	-	2.001
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,3% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: maio/2020	-	-	-	-	2.120
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: janeiro/2021	5.000	21	-	5.021	5.026
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: maio/2021	40.000	3	-	40.003	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2021	4.000	29	-	4.029	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2024	10.000	22	-	10.022	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: outubro/2024	10.000	19	-	10.019	-
(referência à nota explicativa nº 14)				69.094	54.960
Contrato de empréstimo -- Juros: 180% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: abril/2023	26.678	18	-	26.696	16.535
Contrato de empréstimo -- Juros: 180,0% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal – CCB Vencimento: abril/2021	18.958	13	-	18.971	15.944
Contrato de empréstimo -- Juros: 166,3% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: julho/2022	13.194	3	(312)	12.885	21.843
(referência à nota explicativa nº 14)				58.552	54.322
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: setembro/2020	-	-	-	-	10.072

Descrição	2020			2019	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2020	-	-	-	-	5.671
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2023	12.814	174	-	12.988	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2023	12.659	172	-	12.831	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2022	11.120	54	-	11.174	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2024	10.000	37	-	10.037	-
(referência à nota explicativa nº 14)				47.030	15.743
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: fevereiro/2020	-	-	-	-	2.677
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: setembro/2020	-	-	-	-	2.547
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: agosto/2020	-	-	-	-	4.677
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: novembro/2020	-	-	-	-	1.835
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: março/2021	650	3	-	653	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: novembro/2020	-	-	-	-	2.015
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2020	-	-	-	-	2.001
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: fevereiro/2021	500	4	-	504	-

Descrição	2020			2019	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2022	6.400	17	-	6.417	8.030
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: novembro/2021	5.000	5	-	5.005	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2021	5.000	32	-	5.032	-
(referência à nota explicativa nº 14)				17.611	23.782
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,9% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: julho/2020	-	-	-	-	10.093
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 12,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: julho/2020	-	-	-	-	10.067
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 12,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: julho/2020	-	-	-	-	10.091
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2021	10.000	73	-	10.073	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	10.000	58	-	10.058	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	10.000	56	-	10.056	-
(referência à nota explicativa nº 14)				30.187	30.251
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: março/2021	1.250	5	-	1.255	-
(referência à nota explicativa nº 14)				1.255	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,5% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: outubro/2021	31.820	192	-	32.012	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: dezembro/2021	23.144	72	-	23.216	-
(referência à nota explicativa nº 14)				55.228	-

Descrição	2020			2019
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: outubro/2022	10.000	3	-	10.003
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A Vencimento: outubro/2022	10.000	5	-	10.005
(referência à nota explicativa nº 14)				20.008
Debêntures 3ª série -- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2020	-	-	-	-
Debêntures 4ª série -- Juros: CDI + 4,75 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: fevereiro/2021	87.500	3.717	(132)	91.085
(referência à nota explicativa nº 15)				91.085
	1.127.642	8.779	(5.841)	1.130.580
	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2020, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2021	Alta do CDI	926.692	33.534	45.962	51.876
2022	Alta do CDI	380.656	13.240	30.829	35.930
2023	Alta do CDI	116.693	4.177	11.492	13.408
2024	Alta do CDI	8.758	535	969	1.080
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto		
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 10 anos
Empréstimos e financiamentos	1.556.860	952.287	548.654	55.919
Debêntures	91.709	91.709	-	-
Fornecedores	249.354	249.354	-	-
Arrendamentos a pagar, líquidos	334.162	49.741	83.193	201.228
	2.232.085	1.343.091	631.847	257.147
	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	322.857	257.456	1.464.101	1.432.755
Debêntures	-	-	91.085	99.397
Caixa e equivalentes de caixa	(1.075)	(1.630)	(185.467)	(165.453)
Títulos e valores mobiliários	(2.353)	(1.529)	(34.081)	(132.030)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	319.429	254.297	1.335.638	1.234.669
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	833.696	999.012	1.490.639	1.789.280
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.153.125	1.253.309	2.826.277	3.023.949
	=====	=====	=====	=====
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	319.429	254.297	1.335.638	1.234.669
Valores retidos	-	-	(20.787)	(25.393)
Valores vinculados a empréstimos (*)	(104.632)	(87.631)	(104.632)	(87.631)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida após valores retidos	214.797	166.666	1.210.219	1.121.645
	=====	=====	=====	=====

(*) Refere-se aos valores a receber sobre a venda de investimento, vinculados ao empréstimo com a SP Investidor IV, LLC. Vide notas explicativas nº 8 e nº 14 às demonstrações financeiras.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem três segmentos operacionais distintos: “Atacado”, “Varejo” e “Brins”.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (“Brins”) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

	2020 (operações continuadas)				
	Atacado	Varejo	Brins	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	1.072,6	431,1	473,3	-	1.977,0
Custo dos produtos vendidos	(788,3)	(209,1)	(339,7)	-	(1.397,1)
Lucro bruto	284,3	222,0	73,6	-	579,9
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(235,2)	(208,4)	(60,9)	(30,8)	(535,3)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(7,6)	(7,6)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	5,3	-	-	5,0	10,3
Outros	3,4	(1,9)	0,8	(7,6)	(5,3)
Resultado operacional	57,8	11,7	13,5	(41,0)	42,0
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	-	(233,7)	(233,7)
Variação cambial	-	-	-	(22,5)	(22,5)
Resultado antes dos impostos	57,8	11,7	13,5	(297,2)	(214,2)
Depreciação e amortização	63,7	22,8	12,4	6,2	105,1
	=====	=====	=====	=====	=====

2019 (operações continuadas)					
	Atacado	Varejo	Brins	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	1.083,4	320,9	461,5	-	1.865,8
Custo dos produtos vendidos	(790,2)	(164,2)	(364,9)	-	(1.319,3)
Lucro bruto	293,2	156,7	96,6	-	546,5
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(216,9)	(151,7)	(62,5)	(24,9)	(456,0)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(5,3)	(5,3)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	3,8	-	-	31,5	35,3
Resultado na alienação de investimento	-	-	-	(91,9)	(91,9)
Outros	(9,3)	12,5	0,6	6,6	10,4
Resultado operacional	70,8	17,5	34,7	(84,0)	39,0
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	-	(245,4)	(245,4)
Variação cambial	-	-	-	(25,1)	(25,1)
Resultado antes dos impostos	70,8	17,5	34,7	(354,5)	(231,5)
Depreciação e amortização	64,9	20,4	12,3	4,5	102,1
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	2020	2019
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	827,4	914,3
Produtos intermediários	718,5	683,5
Varejo	431,1	268,0
	1.977,0	1.865,8
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	21,4	26,8
Produtos intermediários	39,5	38,9
	60,9	65,7
	=====	=====

A Companhia e suas controladas possuem mais de 13.000 clientes ativos nos segmentos Atacado e Brim, em 31 de dezembro de 2020.

26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2020	2019
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(1.315.977)	(1.188.243)
Benefícios a empregados	(401.552)	(411.432)
INSS	(53.122)	(54.460)
Depreciação e amortização	(105.097)	(102.132)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	(23.873)	(15.049)
Custos com redução do volume de produção - COVID-19	(32.733)	-
Outros custos e despesas	-	(3.902)
	-----	-----
Total das despesas por natureza	(1.932.354)	(1.775.218)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2020	2019
Custo dos produtos vendidos	(1.397.111)	(1.319.288)
Vendas	(369.687)	(298.526)
Gerais e administrativas	(147.025)	(139.108)
Honorários da administração	(18.531)	(18.296)
	-----	-----
Total das despesas por função	(1.932.354)	(1.775.218)
	=====	=====

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas		
Vendas de mercadorias, serviços e outros	2.548.227	2.443.847
Deduções das receitas	(571.260)	(578.049)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.976.967	1.865.798
	=====	=====

28. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	2020	2019
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(174.149)	(155.153)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(35.450)	99.068
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(209.599)	(56.085)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	30.636.457	30.636.457
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):		
Das operações continuadas	(5,6844)	(5,0644)
Das operações descontinuadas	(1,1571)	3,2337
Total	(6,8415)	(1,8307)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

(a) Em 28 de dezembro de 2018, a controlada SGPSA anunciou fato relevante, informando que celebrou "Acordo de Compra e Contribuição de Ativos" ("Acordo") com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações na América do Norte. Nos termos do Acordo, concluído em 15 de março de 2019 (vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras), a controlada indireta SGUS concordou em vender os ativos e passivos usados em suas operações para a Keeco, pelo valor de US\$126 milhões, da seguinte forma: US\$90 milhões em dinheiro, sendo US\$83,7 milhões no fechamento da transação, US\$6,3 milhões como valores retidos por 18 meses e US\$36 milhões em ações ordinárias da empresa combinada, representando uma participação de 17,5% do capital social da empresa combinada, Keeco Holdings, LLC.

(b) A Keeco deveria ter pago, no mês de setembro de 2020, o valor retido de US\$6,3 milhões. Ao não pagar, alegou haver divergências nos valores apurados no capital de trabalho, dentre outros assuntos, e reteve a totalidade do valor até a solução da controvérsia. A controlada indireta SGUS, assessorada por seus advogados, entendeu que o valor era devido e respondeu à Keeco solicitando o pagamento imediato ou a instalação dos procedimentos previstos em contrato para a solução da referida controvérsia. Sem sucesso em sua solicitação, a controlada indireta SGUS ingressou na justiça americana no mês de novembro, solicitando que seja determinado o seguimento dos procedimentos previstos no contrato, que incluem a contratação de auditor independente para a solução da referida controvérsia. Em Fevereiro de 2021, um acordo foi alcançado onde a Keeco efetuou o pagamento de US\$4,0 milhões equivalentes a R\$20.787 em 31 de dezembro de 2020.

(c) No 4º trimestre de 2020, o investimento sobre a coligada Keeco Holdings, LLC foi descontinuado e os saldos de investimento e ágio foram reclassificados para a rubrica "Ativos mantidos para venda". Desta forma, nos termos do CPC 31 e da IFRS 5, o resultado reflexos das operações desta coligada, anteriormente apresentadas no segmento operacional "Outros não alocáveis", foram apresentadas como "Operações descontinuadas" nas demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como os ativos das referidas operações foram apresentados no balanço

patrimonial em 31 de dezembro de 2020 como “Ativos mantidos para venda”. As demonstrações do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão sendo reapresentadas, para fins de comparação, considerando as operações descontinuadas.

O saldo das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	<u>Consolidado</u>
ATIVOS	
NÃO CIRCULANTE:	
Investimentos	35.151
Intangível	88.567

ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	123.718
	=====

O resultado das operações descontinuadas destacado na demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está apresentado a seguir.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	-	199.739
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	-	-	-	(177.698)
	-----	-----	-----	-----
LUCRO BRUTO	-	-	-	22.041
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:				
De vendas	-	-	-	(5.320)
Gerais e administrativas	-	-	-	(8.054)
Equivalência patrimonial (*)	(35.450)	99.068	(11.298)	(7.159)
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	(42.936)	-
Outras, líquidas	-	-	(12.754)	(2.926)
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO OPERACIONAL	(35.450)	99.068	(66.988)	(1.418)
	-----	-----	-----	-----
Despesas financeiras – juros e encargos	-	-	-	(3.750)
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(35.450)	99.068	(66.988)	(5.168)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	-	-	-	(197)
	-----	-----	-----	-----
Lucro (prejuízo) líquido do exercício proveniente das operações descontinuadas, antes do resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para a venda	(35.450)	99.068	(66.988)	(5.365)
Resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para venda	-	-	-	190.447
	-----	-----	-----	-----
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(35.450)	99.068	(66.988)	185.082
PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	=====	=====	=====	=====

(*) Os valores referentes à 2019 foram reapresentados.

A demonstração dos fluxos de caixa das operações descontinuadas está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais descontinuadas:				
Resultado das operações	(35.450)	99.068	(66.988)	185.082
Depreciação e amortização	-	-	-	1.841
Equivalência patrimonial (*)	35.450	(99.068)	11.298	7.159
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	82.721
Resultado bruto na alienação de operações descontinuadas	-	-	-	(272.971)
Juros, encargos e comissões	-	-	-	2.668
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	42.936	-
	-----	-----	-----	-----
	-	-	(12.754)	6.500
Variações nas contas de ativos e passivos:				
Duplicatas a receber	-	-	-	(1.617)
Estoques	-	-	-	(11.635)
Fornecedores	-	-	-	(6.173)
Outros	-	-	12.754	3.031
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais descontinuadas antes de juros e impostos	-	-	-	(9.894)
Juros pagos sobre empréstimos	-	-	-	(969)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(521)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais descontinuadas após de juros e impostos	-	-	-	(11.384)
	-----	-----	-----	-----
Fluxo de caixa das atividades de investimento descontinuadas:				
Recebimento de alienação de operações descontinuadas	-	-	-	469.631
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento descontinuadas	-	-	-	469.631
	-----	-----	-----	-----
Fluxo de caixa das atividades de financiamento descontinuadas:				
Ingresso de novos empréstimos	-	-	-	43.754
Liquidação de empréstimos	-	-	-	(156.941)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento descontinuadas	-	-	-	(113.187)
	-----	-----	-----	-----
Total do caixa gerado pelas operações descontinuadas	-	-	-	345.060
	=====	=====	=====	=====

(*) Os valores referentes à 2019 foram reapresentados.

30. RESULTADO NA VENDA DOS ATIVOS LÍQUIDOS MANTIDOS PARA VENDA

	15 de março de 2019	
	US\$ mil	R\$ mil (*)
Valor da venda dos ativos e passivos	126.000	490.984
Ativos líquidos mantidos para venda	(49.924)	(194.538)
Variação do capital circulante líquido	1.723	6.643
Despesas com a transação	(7.729)	(30.118)
	-----	-----
Resultado antes dos impostos	70.070	272.971
Absorção de imposto de renda corrente	(600)	(2.338)
Realização de imposto de renda diferido (não caixa)	(20.578)	(80.186)
	-----	-----
Resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para venda	48.892	190.447
	=====	=====

(*) Valores em reais apurados utilizando taxa de conversão de 30 de março de 2019, de R\$3,8967.

31. EFEITOS RELACIONADOS À PANDEMIA – COVID-19

No exercício de 2020, decorrente da pandemia do coronavírus – COVID-19, houve uma redução forçada no nível de atividade econômica no país.

Em 23 de março de 2020, a Companhia divulgou comunicado ao mercado informando sobre o fechamento de suas lojas físicas e que permaneceriam fechadas em atenção ao determinado pelas autoridades de saúde e autoridades locais. Os canais digitais continuaram disponíveis para as vendas de seus produtos, através dos websites e aplicativos de suas marcas Santista, Artex, MMartan e Casas Moysés. Em junho, as lojas reabriram em sua maioria, funcionando com horários reduzidos, seguindo determinação das autoridades de cada município. No terceiro trimestre, as lojas funcionaram ainda com algumas reduções de horário nos meses de julho e agosto, e voltaram ao funcionamento regular em setembro.

Por determinação das autoridades argentinas, nossa unidade industrial situada na província de Santiago del Estero permaneceu fechada desde 20 de março de 2020 e voltou a funcionar parcialmente no início de junho de 2020. No terceiro trimestre a unidade industrial funcionou parcialmente em julho e voltou a funcionar regularmente nos meses de agosto e setembro.

A controlada indireta CSA continuou operando de forma plena em suas unidades de Montes Claros, Campina Grande e Blumenau e, de forma reduzida, nas unidades de João Pessoa e Macaíba, desde março, inclusive todo o 2º trimestre. No terceiro trimestre, a partir de meados de agosto, todas unidades industriais voltaram a funcionar regularmente.

Foram solicitadas por clientes e franqueados, e concedidas pelas controladas, diversas prorrogações de duplicatas em todos os mercados que atuamos impactando nosso capital de giro e que se normalizou no 4º trimestre.

A desvalorização do real frente à moeda norte-americana de 29% no ano impactou nossa despesa financeira com empréstimos em moeda estrangeira em R\$32 milhões, além de aumentar a dívida líquida no mesmo valor. Adicionalmente, a desvalorização cambial impactou o custo das matérias primas que são atreladas à moeda norte americana.

Os impactos nas vendas, margens, despesas e resultado podem ser assim resumidos:

Atacado: No Brasil, no 1º trimestre, queda de venda em março de aproximadamente R\$40 milhões. No 2º trimestre, a redução de vendas foi de aproximadamente R\$110 milhões. Na Argentina, no 1º trimestre, as vendas ficaram paralisadas em março com efeitos aproximados de R\$15 milhões em redução de vendas. No 2º trimestre, as vendas retomaram parcialmente em maio e em junho, com uma redução significativa de vendas no trimestre de aproximadamente R\$20 milhões. A rentabilidade do segmento atacado foi afetada pela redução de vendas e também pelos custos fixos não absorvidos pela redução dos volumes produzidos.

Varejo: As lojas físicas fecharam em 23 de março de 2020. Tivemos aumento das despesas com mídias eletrônicas para as vendas nos sites, canais eletrônicos e aplicativos. No 1º trimestre, a redução de vendas líquidas, nas lojas físicas no mês de março sem a correspondente redução de aluguel e pessoal, que ocorreu a partir de abril, impactou as margens e afetou o EBITDA. No 2º trimestre, as lojas físicas ficaram fechadas boa parte do trimestre, mas a perda de vendas nas lojas físicas foram mais que compensadas pelo crescimento de 8,7 vezes nas vendas pelo canal digital naquele período. No terceiro trimestre, as lojas funcionaram ainda com algumas reduções de horário nos meses de julho e agosto, e voltaram ao funcionamento regular em setembro.

Estimamos os impactos totais do COVID-19 no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 em R\$65,0 milhões de redução de EBITDA, motivados pela redução de vendas e pelo aumento dos custos unitários em razão da redução dos volumes produzidos e custos residuais das lojas físicas, que permaneceram fechadas durante aproximadamente 90 dias. Não foram estimados os impactos para o terceiro trimestre. No 4º trimestre voltamos à normalidade.

Santanense: A CTS teve redução de 31,1% nos volumes de vendas no 2º trimestre do ano, o que impactou os volumes produzidos e consequentemente a absorção dos custos fixos de produção daquele trimestre. Esses custos foram levados diretamente ao resultado operacional do exercício, e foi na ordem de R\$7,1 milhões. Adicionalmente, outros efeitos não mensuráveis impactaram os custos da CTS como a alta de preços na retomada da atividade econômica. A CTS está operando normalmente desde meados de setembro de 2020 e não tem expectativa de perdas na realização de seus ativos e em sua rentabilidade para o próximo exercício.

SGUS: O resultado da SGUS é basicamente formado pelas despesas de arrendamento (líquidas de subarrendamento) e das despesas de plano de pensão, entre outras de menor expressão que permaneceram inalteradas. No 1º trimestre, nosso investimento na coligada Keeco foi fortemente afetado pela pandemia nos Estados Unidos e, devido às novas projeções de resultados recebidas pela Companhia, foi necessário constituir provisão para perda (impairment) no ágio apurado na aquisição daquele investimento, no valor de R\$43 milhões. Ainda, decorrente dessas novas projeções, reavaliamos a realização dos impostos diferidos ativos daquela controlada, resultando numa provisão no valor de R\$70 milhões. Nos 2º e 3º trimestres houve a manutenção dos números e das expectativas de resultados. No 4º trimestre houve uma recuperação no nível das vendas da coligada e as projeções revisadas para a pandemia não se confirmaram, retornando às projeções anteriores. A controlada indireta SGUS, no 4º trimestre de 2020, disponibilizou o investimento para venda com expectativa de conclusão em 2021.

Cenário para 2021 – COVID-19

Até a publicação das demonstrações financeiras, as unidades fabris estão operando normalmente mantendo os volumes de produção. Durante o mês de março de 2021, algumas lojas tiveram seu horário de funcionamento reduzido e ou fechadas atendendo a determinações do poder público. As vendas pelo comércio eletrônico não foram interrompidas. A Companhia aguarda as decisões do poder público para a reabertura das lojas físicas.

* * * * *